MEMÓRIAS CAMPONESAS POR TERRA NO GOVERNO MILITAR: MIGRANTES DO ALTO URUGUAI, RS AO PROJETO TERRANOVA, NA AMAZÔNIA MATO-GROSSENSE

José Aldair Pinheiro
Aumeri Carlos Bampi
Almir Arantes

RESUMO
O assentamento de camponeses gaúchos pobres na Amazônia mato-grossense é tema deste estudo que tem como objetivo analisar sua fixação e adaptação em espaço desconhecido. A fim de alocá-los, o governo federal propôs o Projeto Terranova, MT, distante mais de 2.000 km do Rio Grande do Sul, espaço com clima e solo totalmente diferentes das terras sulinas, demonstrando o desconhecimento governamental da precária realidade do local escolhido. A fim de entender como e por que aconteceu essa migração, foi realizado um diálogo junto à 12 famílias participantes do Projeto, por terem sido expulsas das Terras Indígenas de Guarita, Tenente Portela, Nonoai e Cacique Doble, situadas no Alto Uruguai, RS. A partir das memórias, ancoradas em referenciais teóricos sobre as políticas agrária e agrícola, problematizam-se pontos sobre a migração e o processo de adaptação e fixação no novo local, enfatizando-se saberes e práticas que compuseram a vida coletiva. Como pano de fundo, explanaram-se os interesses políticos e econômicos nacionais do Estado e capital que interferiram sobremaneira na história de vida e morte de comunidades inteiras que alteraram o bioma Amazônia, configurando intensas transformações socioambientais.

Palavras-chave: Migrantes; Camponeses; Ocupação da Amazônia; Projeto Terranova.

Peasant Memories by land in the military government: migrants from Alto Uruguai – RS to the Terranova Project, in the Mato-Grosso Amazon

ABSTRACT
The settlement of poor gauchos peasants in the Mato Grosso Amazon is the subject of this study, which aims to analyze their settlement and adaptation in an unknown space. In order to allocate them, the federal government proposed the Terranova Project, MT, more than 2,000 kilometers away from Rio Grande do Sul, a space with a climate and soil totally different from the southern lands, demonstrating the government's lack of knowledge of the precarious reality of the chosen location. In order to understand how and why this migration happened, a dialogue was held with 12 families participating in the Project, after having been expelled from the Indigenous Lands of Guarita, Tenente Portela, Nonoai and Cacique Doble, located in Alto Uruguai, RS. Based on memories, anchored in theoretical references on agrarian and agricultural policies, points about migration and the process of adaptation and settling in the new location are problematized, emphasizing knowledge and practices that made up collective life. As a backdrop, the national political and economic interests of the State and capital were explained, which highly interfered in the history of life and death of entire communities that altered the Amazon biome, configuring intense socio-environmental transformations.

Keywords: Migrants; peasants; Amazon occupation; Terranova Project.

Introdução

Precisamente, em 5 de julho de 1978, sob um sol escaldante, 85 famílias, oriundas do estado do Rio Grande do Sul, de um total de 1.017 assentadas posteriormente, chegaram ao assentamento do Projeto de Colonização Agrícola Terranova, norte de Mato Grosso, Amazônia brasileira, distante aproximadamente 2.300 km do local de origem. Traziam consigo uma antagônica sensação: a

conquista da terra sonhada e estar em um local absolutamente desconhecido e diferente. O que justificou tal viagem? Por que foram parar em meio à floresta amazônica? Quais mecanismos técnicos, sociais e culturais precisariam para garantir a vida naquele novo e estranho lugar?

Passados mais de 40 anos do evento, questões ainda precisam ser esclarecidas. Que relações históricas ambientais engendradas possibilitaram que essas famílias permanecessem nesse lugar? Que elementos contribuíram para que resistissem às dificuldades pelas quais passaram?

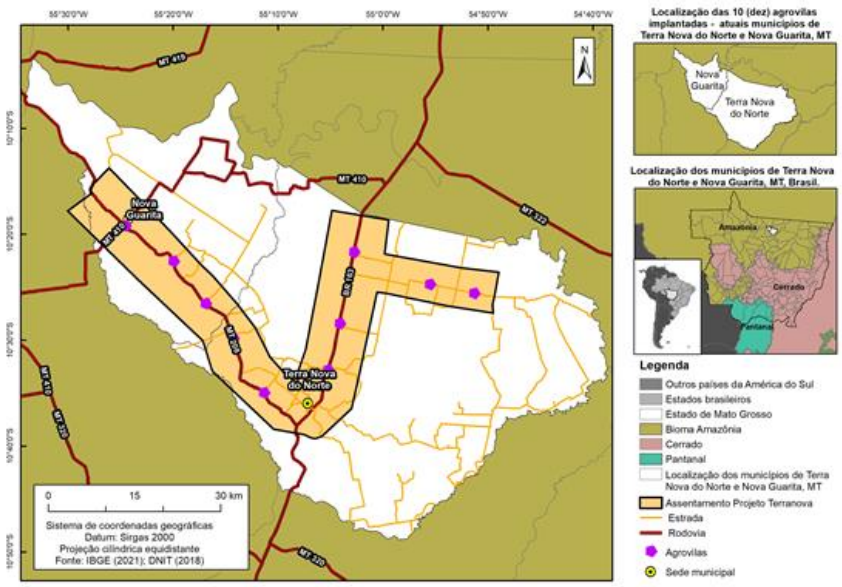
As respostas podem esclarecer a des/re-territorialização e a luta pela terra de migrantes pobres oriundos de outras partes do Brasil em um território considerado inóspito, como a selva amazônica. A partir deste contexto, este estudo objetiva problematizar o processo de assentamento (fixação e adaptação) dos camponeses no novo espaço que, na luta pela sobrevivência em um lugar diferente, a partir de suas experiências anteriores, reinventaram processos e cotidianos, fazendo uso dos conhecimentos trazidos de seus locais de origem e empregados no processo de relação com o bioma amazônico.

Neste sentido, o texto apresenta primeiramente a metodologia da pesquisa, posteriormente uma contextualização histórica referente às alterações advindas da modernização da agricultura e políticas fundiárias, que produziram a exclusão social e ecossistêmica. Em seguida, explicita-se a chegada ao Assentamento Terranova e a adaptação com análise sobre as interações com o bioma amazônico, propiciando uma nova socioespacialidade e, por fim, argumentações finais.

Percurso da pesquisa

O estudo, realizado entre 2018 a 2021, junto aos municípios de Terra Nova do Norte e Nova Guarita, compreende os antecedentes e a implantação do Projeto de Colonização Agrícola Terranova no norte do estado de Mato Grosso, Amazônia Legal, onde foram projetadas 12 agrovilas (**Figura 1**); porém, efetivadas dez, a fim de receber 1.017 famílias camponesas (Castro *et a*l., 2002; Gerhardt, 2016; Graziano da Silva, 1982).

Figura 1 – Localização da área de estudo no Projeto Terranova



Elaboração: Thales Ernildo Lima (2024)

O estudo tem sua centralidade na investigação qualitativa. Os dados foram coletados em fontes bibliográficas, documentais, orais e observação direta a campo mediante as técnicas da história oral de vida (Meihy; Holanda, 2018), e a entrevista compreensiva (Kaufmann, 2013). As principais fontes de cunho oral foram membros de famílias migrantes. O critério de escolha dos entrevistados seguiu o seguinte perfil: casais idosos, com idade acima de 60 anos e ainda residentes em seus lotes rurais originados a partir do projeto Terranova, sendo 12 homens e 12 mulheres, dos atuais municípios de Terra Nova e Nova Guarita.

Elementos da História Ambiental subsidiaram a pesquisa a fim de conferir a importância necessária à Natureza, que foi relevante para a construção social e histórica dos sujeitos migrantes à Amazônia. Compreende-se que as comunidades humanas devem ser estudadas imersas no contexto, em suas múltiplas interações. Ou seja, o processo histórico estudado teve influência das forças da natureza, bem como da pressão civilizatória sobre os recursos ecológicos (Worster, 1991). O território regional (anteriormente a 1970) era ocupado por povos indígenas, posseiros, extrativistas e seringueiros.

Ao se reconhecer a tecitura de uma nova realidade socioterritorial em plena Amazônia Legal, é possível afirmar que "É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social [...]" (Santos, 2005, p. 235). Ele se constrói de forma contraditória, com solidariedades e tensões, a partir de aspectos culturais e interesses dos grupos sociais, em interação com políticas governamentais traçadas para o território e para o país (Santos, 2005). O mesmo é visto por uma perspectiva dialética "[...] numa unidade e diversidade explicitando ainda uma hierarquia entre lugares proporcionada pela divisão territorial do trabalho que redefine, a cada momento, a capacidade de agir das pessoas, das firmas, das instituições" (Santos, 2010, p. 21).

Destarte, o território Terranova é apreendido desde a síntese histórica de seus usos, e se apresenta como uma "[...] combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra" (Santos, 2010, p. 248).

Antecedentes históricos da ocupação do Centro-Oeste e Amazônia pós 1970

Para compreender a materialização da Colonização Agrícola Terranova no norte mato-grossense, foram trazidos à luz movimentos histórico-políticos internacionais que vinculam a dinâmica socioespacial brasileira ao arranjo capitalista mundial. Os Estados Unidos da América (EUA) capitanearam esse movimento, impondo veladamente aos países subalternos, dentre os quais o Brasil, uma agenda desenvolvimentista que consolidou a divisão internacional do trabalho: para poucos produzir e exportar produtos manufaturados; para outros, produzir e vender matéria-prima. Conforme assinala Müller (1989), no pós-Segunda Guerra (1947), os EUA robusteceram sua hegemonia militar, política e financeira sobre os países da América Latina, muito embora travando uma guerra ideológica e econômica com outra potência mundial, a União Soviética. Nessa dinâmica, sem prejuízo de outros elementos históricos, destaca-se, a chamada Revolução Verde, desenvolvida nos EUA a partir de uma aliança entre o Estado e o grupo privado Rockefeller nos anos de 1940, e propagada para outros países a partir dos anos de 1950. Tal processo, ainda sob a perspectiva de Müller (1986), envolveu a inserção e difusão maciça no campo, de uma gama de insumos artificiais e de inovações químicas e mecânicas, contribuindo para um aumento exponencial da produção agrícola, ao mesmo tempo em que florestas originárias iam sendo derrubadas para dar lugar à agricultura, sobretudo a Mata Atlântica no Brasil.

O Brasil, subalterno a esse movimento, a partir da década de 1950, iniciou uma reestruturação produtiva da agropecuária, envolvendo regiões delimitadas e produtos com demanda ao mercado externo: na época, cana-de-açúcar, café, algodão, trigo e cacau (Müller, 1989). Simultaneamente, começou a receber assessoramento dos EUA que visava direcionar políticas socioeconômicas sob a roupagem de planejamento nacional. Entre outros resultados advindos, redefiniu-se a região amazônica brasileira a partir da Lei n°1.806, de 06 de janeiro de 1953.

Materializou-se, assim, a Amazônia Legal como estratégica para políticas do Estado Brasileiro, conduzidas fortemente por influências externas. Entretanto, a realidade histórica continha seus próprios movimentos como a questão agrária nacional que excluía do acesso à terra milhares de famílias, nunca resolvida. A burguesia, acoplada parasitariamente ao Estado, negava-se a perder espaços na máquina pública, o que, de certa forma, influenciava sobremaneira para um

empobrecimento urbano. A elite conservadora do país, aliada a uma parcela da população dependente dos ditames da Igreja, culpava o comunismo pelos males do Brasil (Martins, 2009).

De forma oportunista, seguindo os ditames dos EUA, pretextando livrar o país do comunismo, da pobreza e do atraso, em 1964, as Forças Armadas impetraram um golpe de Estado que vigorou até 1985. Assim, políticas sociais e econômicas, que tinham como protagonista o governo militar, garantiam assessoramento e financiamento externo e apoio empresarial interno, desde que seguissem as orientações vinculadas ao capitalismo internacional. Essa associação propiciou uma crescente subordinação do setor agropecuário ao setor industrial, agudizando ainda mais as lutas sociais, em especial no campo. Santos (1983) afirma que

> Embora as bases sociais dessas lutas agrárias tenham sido bem variadas, as formas de organização diversificadas e as formulações ideológicas múltiplas, é certo que elas expressavam a inquietação e a revolta das populações rurais, tanto do sul como no nordeste, face às suas condições de vida e de produção (Santos, 1993, p. 38).

Como estratégia desenvolvimentista e, ao mesmo tempo, geopolítica, os militares atuaram em diversas frentes: infraestrutura (energia, transportes e comunicação), repressão às forças opositoras, expansão do mercado interno, descentralização da produção, ocupação das chamadas fronteiras (de terra, recursos florestais, minerais e energia) e respostas sob controle para o enorme contingente de pessoas que necessitavam de terra para morar e trabalhar. Como proposição, "[criaram-se] polos regionais no Sul e no Nordeste, do tipo agrícola-industriais, e no Planalto Central e na Amazônia, de natureza agrícola-minerais. Dessa forma, complementar-se-ia o grande polo do núcleo São Paulo-Rio-Belo Horizonte" (Tavares, 2002, p. 238).

Assim, em nome da modernização do país, o governo federal, mediante um aparato legal, repressivo, ideológico, econômico e financeiro, transformou o Centro-Oeste, parte do Nordeste e a região Norte em uma grande fronteira nacional (Becker; Egler, 1998). Se o Estado favoreceu o avanço intensivo do capitalismo, principalmente nas atividades agrícolas do Sul e Sudeste do país, simultaneamente incentivou o desenvolvimento extensivo do capitalismo na Amazônia Legal com parceria direta de empresas estrangeiras, nacionais ou associadas (Ianni, 1979). Sedimentando esse projeto, em consonância com vários instrumentos normativos, a partir da Lei n° 6.151, 04/12/1974, configurou-se uma

> Política de colonização e desenvolvimento agropecuário orientado (Além do que se realizar de forma espontânea), a ter lugar dentro de estratégia que conjuga programas de colonos e pequenos agricultores, com programas a serem realizados através de empresas rurais – pequenas, médias e grandes -, assim como de empresas de colonização (Brasil, 1974).

A mesma Lei indica que é

> [...] necessário que a Agricultura e a Pecuária passem a desempenhar novo papel na estratégia nacional de desenvolvimento [efetivando] a vocação do Brasil como supridor de alimentos, matérias-primas agrícolas e produtos agrícolas industrializados [sendo que] o objetivo é levar a capacidade empresarial, que já se mostrou apta a desenvolver a indústria e outros setores urbanos, à atividade agropecuária brasileira. Através da ampla disseminação da empresa rural – pequena, média e grande –, principalmente pelo apoio financeiro e fiscal do Governo (Brasil, 1974).

Como suporte a esse empreendimento, a União federalizou a maior parte das terras devolutas da Amazônia Legal, destinando-as a projetos de agro-mineradoras e de colonização. Assim sendo, a ocupação, não obstante práticas próprias que se estabeleceram em cada caso, particularizando o norte do Estado de Mato Grosso, movimentou todo um aparato institucional e milhares de famílias, oriundas particularmente do Sul e do Nordeste. Mesmo com um discurso modernizante, a partir de uma lógica social, a realocação era perversa, trazendo a seguinte dinâmica:

> Da parte das camadas dominantes: desarticular as lutas pela terra ou as lutas pelo valor do produto, a fim de manter a ordem social nas regiões de origem. Paralelamente, nas áreas dos programas, instaura-se um sistema de controle social dos colonos, e também das outras camadas sociais presentes, de modo a reproduzir aí a dominação, seja do tipo autoritário ou do tipo clientelista (Santos, 1993, p.263).

Simultaneamente, também se articularia o setor da agricultura e da pecuária nas áreas dos programas de colonização. "Daí o aparelho de enquadramento: a cooperativa agrícola, o Banco oficial que libera os créditos, o desenvolvimento agrícola, a agência pública de comercialização" (Santos, 1993, p. 260). Na realidade, a ocupação, nos moldes da colonização contemporânea, desde os planejamentos estratégicos, assumiu um caráter de processo civilizador da Amazônia (Becker, 2001) e de modernização dos sertões (Silva, 2019).

A Amazônia reproduziu o padrão nacional de estrutura fundiária com intensa apropriação privada e grandes concentrações de terras por agropecuaristas e latifúndios/empresas (Becker, 2001). Ao mesmo tempo, evitou-se a redistribuição de terras já apropriadas pela agricultura capitalista no Centro-Sul, principalmente em locais onde havia a presença embrionária de movimentos sociais que mais tarde fariam a luta sistemática pela reforma agrária (Oliveira, 2001).

Pari passu ao processo de ocupação latifundiária, como parte do mesmo projeto, iniciou-se o deslocamento de famílias camponesas sem-terra para a região, veiculando-se a mensagem de que o Governo Federal Militar garantia para a Amazônia um Programa de Integração Nacional (PIN) (Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970), em concomitância a um desenvolvimento econômico, com viés social, atendendo as reivindicações camponesas por terra (Oliveira, 2016).

Propagandas foram veiculadas à exaustão, indicando que na Amazônia promovia-se o desenvolvimento econômico por parte dos detentores do capital nacional e estrangeiro. Dessa forma, garantir-se-ia o povoamento de uma região desguarnecida por parte do Estado e a realização

da maior reforma agrária do mundo, com o bordão de “levar homens sem-terra às terras sem homens da Amazônia” (Arquivo Nacional - MJ, 1974).

O projeto Terranova e vários outros foram articulados e movidos por uma dinâmica que envolvia diretamente o Estado brasileiro que estava comprometido com uma ordem mundial, subordinando o país a um projeto maior de divisão internacional do trabalho.

Exclusão sistêmica do campesinato: as motivações por um pedaço de terra

No final da década de 1970, na região do Alto Uruguai, RS, havia uma disputa pelas terras das reservas indígenas de Guarita, Tenente Portela, Nonoai e Cacique Doble, invadidas por camponeses e posseiros em anos anteriores. Cabe ressalva que a grande propriedade e a modernização agrícola já estavam consolidadas, resultando na perda de terras por inúmeros camponeses. Para suprir a falta de moradia e produção, viviam em terras alheias como agregados e nas áreas indígenas invadidas como alternativa à expropriação vivida (Barrozo, 2014).

Segundo Schwantes (1989), muitas famílias estavam em condições de miséria pela falta de terra, que as obrigavam a trabalhar para outros como diaristas ou, ainda, como meeiros. Ilustravam condições de vida consequentes das políticas fundiárias de ocupação e apropriação privada das terras públicas na região Sul do país. Reflexos também dos processos de reorganização e reestruturação econômica desde meados do século XIX, mas, sobretudo, a partir da década de 1930. Cabe observar que, a partir da promulgação da Lei de Terras de 1850, o Rio Grande do Sul passou a ser impactado fortemente pela imigração europeia, que formou inúmeras colônias agrícolas, fundou cidades, aumentando a população rural e urbana.

A consolidação do capitalismo agrícola, via tecnificação, de caráter conservador e autoritário no campo, ganhou corpo doravante em 1970 (Velho, 1995; Graziano da Silva, 1982). O Estado subsidiou máquinas e implementos agrícolas, via empréstimos, gerando acumulação financeira e agrária aos já integrados à agricultura comercial, em detrimento dos que realmente necessitavam. As consequências para os excluídos desse processo, foram a privação da terra e o aumento da miséria, tendo como alternativa invasão de áreas indígenas ou deslocamento à periferia das cidades.

Tendo em vista a tentativa de aniquilamento do campesinato pela junção Estado-capital, o modelo de agricultura camponesa tradicional foi afetado. A terra deixou de ser o espaço de sustento do modo de vida social, econômico e cultural e foi transformada em mercadoria ou a serviço da produção de mercadoria, fomentando um mercado regional de mão de obra vulnerável e disponível aos interesses do capital e do Estado. (Velho, 1995; Graziano da Silva, 1982)

A luta pela terra não era ocasional, nem circunstancial e sim estrutural. As relações de trabalho no campo, a tecnificação, a padronização e a comercialização da produção, e o aumento de preço das

terras impactaram a vida dos camponeses, pois não foram incorporados enquanto estrato social pelo capitalismo agrário (Velho, 2009; Graziano da Silva, 1982). Estava em curso o desenraizamento do campo e o "camponês teria se tornado um agricultor – referido, não mais a um modo de vida, mas a uma profissão específica – e um cidadão como qualquer outro" (Wanderley, 2000, p.89). Os interlocutores que participaram do projeto Terranova, deixaram claro que a dinâmica os empurrou a uma encruzilhada histórica.

Quadro 1 – Contexto fundiário e agrícola do lugar de origem

Busca pela terra	
Seu Paulo	Fui com cinco famílias para o Paraná [em 1973] em busca de terra, onde já estava acampando um monte de gente, na fazenda Pires, e depois de um ano fomos retirados pelo exército. Teve troca de tiros, morreu uns quantos companheiros e um soldado saiu ferido. Fiquei três dias preso numa cela apenas com água e sentindo muito frio. Ao sair, sem nada, voltei para o Rio Grande e consegui um lote na área dos índios, em Planalto.
Seu José	Ou você ia morar na área dos índios ou morar de favor com um parente, ou com um compadre ou vizinho. Isso não era bom, porque nunca se consegue fazer o que você quer porque não é seu [a terra].
Dona Carmem	Ali todo mundo já tinha ido pra cá, pra lá, caçando um canto pra viver. Eu mesmo, arrendei um pedaço de terra do meu compadre Pedro, daí fui pra fazenda Sarandi onde tavam falando que iam cortar. Fomos expulsos e vim morar com o pai antes de mudar para Mato Grosso.
Pedrinho	Não tinha terra pra todo mundo, para tantas famílias. A gente queria terras e ali não podia comprar porque o valor era muito elevado.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Pelo relato das memórias (**Quadro 1**), fica evidente a busca pela terra como lugar de trabalho e de vida familiar. Acumular capital, aumentar as propriedades, a produção e a lucratividade não faziam parte de seus projetos, as perspectivas estavam relacionadas à lida e à vida no campo e a garantia de condição aos filhos, tanto que resistiram à ideia de mudar para as cidades (solução para quem perdia as propriedades). "Lembro do meu pai dizendo a um compadre, antes da gente ir para a área dos índios: o que a gente vai fazer na cidade? Nós nascemos aqui e vamos morrer aqui" (Dona I. U.). A terra significava acesso à água, à lenha, à alimentação (às galinhas e porcos, melado ou açúcar mascavo, ao arroz, ao feijão, ao leite, ao pinhão e à produção de frutas e hortaliças), espaço de vida e reprodução sociocultural. Grande parte dos alimentos eram produzidos de maneira tradicional, práticas culturais herdadas das gerações anteriores, considerados uma "dádiva divina", que garantia a sobrevivência, sendo a maioria praticante de religiosidade católica. Portanto, conhecer o manejo do solo, a biodiversidade local, a criação de animais domésticos, bem como dominar as técnicas de cultivo e armazenamento da produção e dos alimentos, compunham o arcabouço cultural que era o sustentáculo desses camponeses. Saberes sobre os ciclos naturais, tais como o regime das chuvas, as fases da Lua, o tempo e desenvolvimento de cada espécie cultivada, eram passados de geração a geração, propiciando ações práticas como viabilizar a lavoura, evitar o ataque de insetos,

armazenar a produção e os alimentos nas entressafras, bem como, em especial, cuidar das sementes.

No final da década de 1970, com a modernização do campo no Rio Grande do Sul, alterou-se essa concepção: aumento do tamanho das propriedades para produzir e lucrar; novas técnicas agrícolas às culturas comerciais; adoção de estilo de vida urbano; a possibilidade de deixar de ser peão, agregado ou arrendatário. Mas também se concebia mais terra para atender novas famílias que se formavam, era para morar e produzir a vida coletiva – as famílias mantinham a visão sobre a terra como o espaço de satisfação das necessidades (Wanderley, 2000).

No entanto, muitos foram excluídos. Schwantes (1989), que vivenciou a trajetória de muitas famílias em busca de terra, indica que não havia expectativas de acesso à terra a esses descapitalizados no Alto Uruguai, porque estruturas concentradoras fundiárias e agrícolas manipulavam as tentativas de reforma agrária. Com a intensificação da crise econômica e dos conflitos fundiários, as pessoas haviam empobrecido, sem ou com pouca terra, que estava enfraquecida (solos desgastados pelo uso e técnicas inadequadas de cultivo) com pouca possibilidade de mecanização. Paralelamente, o governo militar, além da repressão, impunha a migração a outras regiões como solução.

Muitos camponeses ocupavam as Terras Indígenas de Guarita, Tenente Portela, Nonoai e Cacique Doble, no Alto Uruguai e, segundo Barrozo (2014), conseguiram autorização para entrar nas áreas indígenas mediante suborno ao chefe do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Houve, também, tentativas dos camponeses de permanecer nos seus lotes, procurando melhorar as condições de vida com a adoção de novas técnicas de produtividade para as pequenas propriedades.

O pastor luterano Norberto Schwantes, no município de Tenente Portela (RS), fez uso dos meios de comunicação de rádio e jornal para ensinar técnicas agrícolas e, em outra frente, viabilizar a migração do excedente populacional a outras regiões, seguindo os indicativos do governo federal (Schwantes, 1989). O autor explica que, na década de 1970, os indígenas de vários territórios se revoltaram, deflagrando conflitos com os camponeses. As famílias foram forçadas a sair das terras indígenas e, sem ter para onde ir, muitas acamparam na Encruzilhada Natalino, enquanto outras foram para o Parque de Exposições de Esteio ou para as cidades próximas. A solução executada pelo governo para a crise agrária no Rio Grande do Sul foi a colonização dirigida ao Centro-Oeste e Amazônia, principalmente ao norte de Mato Grosso, Pará e Rondônia.

O realojamento das famílias em Terranova foi realizado por meio da parceria entre a Cooperativa Agrícola Mista Canarana (COOPERCANA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Os camponeses aderiram ao Projeto devido ao forte aparato de comunicação e articulação

das lideranças sob enfática propaganda ideológica do governo militar. O trabalho do Pastor Norberto Schwantes foi decisivo para a existência do projeto Terranova e a adesão dos camponeses. À frente da Cooperativa, o pastor possuía experiência para viabilizar projetos, negociando com a União extensões de terras na Amazônia a preços módicos, a fim de implantar projetos onde seriam inseridas milhares de famílias, em especial as dos estados do Sul. Confluíram, dessa forma, a estratégia de desenvolvimento nacional empresarial-militar e a situação da necessidade, freando movimentos agrários revoltosos no Sul.

"Não tinha nada: era só mato mesmo!" [1]

O Projeto Terranova foi pensado e desenvolvido para famílias descapitalizadas, muitas delas em situação de alta vulnerabilidade social. A grande maioria era pertencente às colônias de descendentes de imigrantes europeus das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul e que haviam migrado ao Alto Uruguai, denominadas de Colônias Novas, onde se estruturaram atividades agrícolas que deram origem a um conjunto de pequenas e médias cidades (Heredia, 2021).

Devido à alta fragilidade econômica dessas pessoas, havia a necessidade da participação do poder público em todas as etapas – colonização oficial – embora houvesse um misto de ação cooperativa e do INCRA. Para Schwantes, juntamente com os técnicos do INCRA, Terranova deveria mudar as concepções de colonização porque se tratava de um projeto público-privado com preocupação social e atuação direta do Estado. A cooperativa adquiriu a área do Estado por um custo inferior ao praticado no mercado e passaria os lotes aos colonos a preço de custo, financiados pelo Banco do Brasil, escapando da especulação imobiliária de colonizadoras. Os valores seriam pagos em longo prazo com a própria produção cooperativada (Schwantes, 1989, p. 10).

O local era ocupado anteriormente pelo povo indígena Panará (Kreen Akarore). A presença indígena nesse território foi constatada quando do início das atividades de demarcação e construção da Base Aérea do Cachimbo, na década de 1950. Oficialmente, as primeiras tentativas de contato ocorreram em 1968, quando os sertanistas Orlando e Cláudio Villas-Boas sobrevoaram e localizaram as aldeias cuja missão era estabelecer aproximações antes da construção da rodovia BR-163, que, posteriormente, abriu as matas na região do Rio Peixoto de Azevedo (Martins, 1996). As transformações espaciais na área territorial do Projeto Terranova tiveram início com as construções das rodovias BR-163 (**Figura 2**) e a MT-J1, finalizadas em meados da década de 1970.

Figura 2 – Abertura BR-163, Serra do Cachimbo, norte de Mato Grosso (entre 1971 e 1973)

1 Memórias do Sr. J. L. Z. Membro da comissão que sobrevoou a área do Projeto Terranova em maio de 1978.



Fonte: (Acervo histórico 9º Batalhão de Engenharia de Construção do Exército, s.d.)

Conforme depoimento de agentes do governo, a ocupação na Amazônia deveria ser seletiva.

> – Ministro[2] – ponderei – estas famílias são oriundas da terra da mata, elas não conhecem o manejo da máquina agrícola. Os custos de um projeto mecanizado para 2.500 famílias também são muito altos, ademais não temos disponível uma área de cerrado desse tamanho – disse. Depois sugeri que fossem assentados em áreas de mato, com a vantagem de a área poder ser bem menor que a área mecanizada em região de cerrado. [...] Nesse sentido, o Presidente Geisel dissera que, se necessário, poderia dispor de uma área do Exército localizada na região do Rio Peixoto de Azevedo, no Mato Grosso, quase na divisa com o Pará. Esta Gleba já cortada pela BR-163, a Cuiabá-Santarém, e pela rodovia estadual J-1, de acesso a Alta Floresta" (Schwantes, 1989, p. 151).

Entretanto, como a área do Projeto era conhecida apenas no mapa, as lideranças camponesas exigiram que uma comissão mista visitasse o destino com a finalidade de verificar as condições geográficas, se eram favoráveis e viáveis para o assentamento. Inicialmente, sobrevoaram a floresta. Em seguida, transitaram de carro pelas rodovias de acesso aos locais destinados às agrovilas. As impressões e informações obtidas foram transmitidas às famílias. O peso simbólico das impressões serviu para os camponeses criarem um imaginário de como era o novo lugar para viver. Sr. J. L. conta que compunha a comitiva que visitou a área do projeto no norte do Mato Grosso:

> Na visita que fizemos com a comitiva, não tinha quase nada para ver, era só mato. Fiquei impressionado com a floresta, com o tamanho das árvores. Onde tem mato alto é sinal de terra boa. [...] Só tinha as estradas abertas onde dava pra ver o tipo da terra. A terra era boa e tudo plaino, sem pedras, bem diferente das pirambeiras onde a gente se criou. [...] ali decidi que vinha para o Mato Grosso. Mas quando cheguei de volta em Porto Alegre tava a maior fofoca, ninguém mais queria vir.

Schwantes (1989) relata que foi difícil convencer as famílias a aderirem ao projeto, tendo em vista as informações negativas sobre a colonização na bacia amazônica e, principalmente, no Mato Grosso. O trabalho de mobilização dos movimentos da reforma agrária, temiam a desmobilização

2 Ministro do Interior Rangel Reis no Governo Geisel (1978), contactou a COOPERCANA para assentar as famílias desalojadas e em situação de conflito por terra. Mais de duas mil e quinhentas famílias foram expulsas das reservas indígenas.

com a saída dessas famílias, bem como a atuação de políticos regionais e locais que perderiam parcelas significativas de votos, além dos comerciantes, que viam a partida dos seus clientes.

O deslocamento e a chegada: imaginação e realidade em conflito

O deslocamento das famílias, inicialmente, foi de ônibus, mas houve muitos problemas e custos operacionais. Então, o governo federal, via Ministério do Interior, fretou voos da Companhia Viação Aérea São Paulo (VASP) para transporte de Porto Alegre, RS até Cuiabá, MT. Daquele ponto em diante, seguiam de ônibus até o assentamento. Conforme Sr. Carlos, "o povo vinha animado e cantando, mas tinha uns que choravam a estrada inteira, porque não queriam ter saído de lá". Seu Pedrinho lembra do medo ao saírem do ônibus, para as necessidades básicas, no percurso entre Cuiabá e o assentamento, pois era tudo mato. Para Dona Maria e Dona Nilsa, não havia alegria, porque não queriam vir e disseram repetidas vezes terem chorado muito desde a partida.

Assim como elas, outras mulheres não queriam migrar, mas tiveram que acompanhar o marido. Essencialmente, a preocupação era com os filhos, com a saúde e bem-estar das crianças, afinal, havia muitos comentários sobre a epidemia da malária na Amazônia e animais ferozes. Para o Sr. Mouro, muitos vieram contrariados. "Chegou todo mundo muito cansado. Tinha gente doente, outros ficaram em hospitais pela estrada, tinha que internar e não aguentavam a viagem".

Finalmente, no dia 5 de julho de 1978, as primeiras 85 famílias chegaram ao assentamento Terranova. No entroncamento da BR-163 com a Rodovia J-1 (atual rodovia MT-208), a Cooperativa ergueu uma cruz de madeira, simbolizando o sacrifício dos pioneiros e a esperança de sucesso na nova terra. Os ônibus estacionavam junto ao local para orações, e depois seguiam aproximadamente vinte quilômetros até a primeira agrovila. Schwantes (1989) explica que a cruz simbolizava a religiosidade cristã, um elemento simbólico utilizado para criar vínculos com o lugar. Diante das adversidades, era comum recorrer à religiosidade com a intenção de fortalecer as esperanças por melhores condições de vida.

Muito embora houvesse uma preconcepção dos movimentos oriundos desse projeto, engendrado e realizado com propósitos de manutenção do *status quo* da estrutura social do país, disfarçado sob a roupagem da modernização capitalista, novas realidades foram construídas: "[...] forças sociais [...] foram ativadas, deslocadas e até mesmo transformadas por sua participação no processo de colonização agrícola" (Santos, 1993, p. 273).

Na chegada, na entrada da primeira agrovila (mais tarde, Agrovila Esteio)[3], os camponeses foram recepcionados pelo presidente da COOPERCANA, Norberto Schwantes. Foi organizada uma

[3] Em referência ao Parque Agropecuário de Esteio, próximo à capital gaúcha Porto Alegre, RS, onde estavam alojados.

cerimônia que incluiu discurso político, oração e execução do hino nacional, mesclando o simbolismo cristão e o nacionalismo-desenvolvimentista e integracionista (**Figura 3**).

> Na frente da agrovila, três mastros com as bandeiras do Brasil, do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. Esperavam festivamente os pioneiros. No fim da tarde de 5 de julho, eles foram recebidos com o Hino Nacional que ecoava pelos alto-falantes. Fiz um brevíssimo discurso de boas-vindas. Imediatamente, ali mesmo na frente da agrovila, sorteamos os lotes e todos foram a pé procurar a sua casa. Depois passaram os ônibus descarregando as malas. Dentro da casa coberta de lona, estava tudo que fora prometido. Faltava apenas a motosserra que chegaria dali a alguns dias. Todos tinham recebido mantimentos por 30 dias (Schwantes, 1989, p. 179).

Figura 3 – Chegada e recepção pelas lideranças da cooperativa (05 de julho de 1978) [4]



Fonte: (Secretaria de Educação de Nova Guarita, MT, 2018)

A paisagem de mata (**Figura 3**) e o calor intenso impactaram fortemente. A nova morada em nada se parecia com o imaginado, contrariando a descrição de Schwantes (1989): as casas não estavam construídas (**Figura 4**). Algumas tinham apenas a armação que possibilitou esticar uma lona para cobertura, outras nem isso possuíam. Desse modo, os camponeses improvisaram as habitações.

Figura 4 – Habitações improvisadas na Agrovila Esteio (05 de julho de 1978)

[4] As fotografias não possuem suficiente nitidez por serem parte de registros realizados na década de 1970 e 1980.



Fonte: (Secretaria de Educação de Nova Guarita, MT, 2018)

As impressões da paisagem (**Quadro 2**) contrastavam com as imagens veiculadas nas propagandas.

Quadro 2 – A questão da moradia: primeiras impressões

Observações da chegada e primeiros dias na Agrovila	
Seu Pedro	As casas eram um modelo único do projeto. Tava sem portas, sem janelas, ela era feita de painel, eles ponhava em cima de seis, oito cepos, não era fincada no chão não e as partes lateral a metade eles deixaram aberta do lado. Chegamos de tarde. Eles deixaram um ranchinho, prá gente comer né, um colchom, uma chapa prá cozinhar, até que chegava nossa mudança. A primeira noite que nóis chegamos tampamos as portas com colchom, mas se as onça quisesse, menino… hum.... Eu e minha cunhada a Edite (nossas casas era de duas em duas, pertinho né), no outro dia cedo levantemo e vimos aquelas "patas" assim da bichinha. Ela passou entremeio das nossas casas, de certo o cheiro da pessoa né. Nossa, que medo!
Dona Maria	Depois de pronta tinha dois quartos, sala e cozinha junto e acabou. Nas primeiras noites, as onças passavam perto. Nossas portas era os colchão que tapava para os bichos não entrá. Eu mesmo não dormia. Era aberto só onde tinha casas, o resto era tudo mato. No outro dia se atraquemo cortar varas para tapar a porta, pois nóis tinha criança pequena, era tudo aberto.
Dona Gerci	Depois que sortearam os lotes, fomos andando até encontrar a casa. Tinha muita poeira porque era em Julho e como o trator de recém tinha afrouxado a terra e os caminhãos passando ficou grosso de poeira. Mas não era casa, era um barraco de lona. Meu Deus não gosto nem de lembrar, as primeiras semanas foram terríveis.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

De imediato, as primeiras impressões sobre o lugar escolhido para viver foram preocupantes. O cenário prenunciava muitas dificuldades e situações inesperadas na sonhada "terra prometida". A imensidão da floresta, o isolamento, a distância de recursos urbanos e a nova organização social em forma de agrovilas eram totalmente desconhecidos e o sonho da terra tornou-se de amargo gosto.

O choque foi tão grande que algumas famílias retornaram nos mesmos ônibus que os trouxeram, alguns com os caminhões que haviam trazido os pertences. Ao perceber o impacto negativo e as constantes reclamações e pressões, a diretoria da COOPERCANA, quase diariamente, fazia reuniões explicando as dificuldades à construção das agrovilas – situação que se repetia, a cada quinze dias,

quando chegavam novas famílias. Os camponeses se reinventaram, tanto ao que se refere a suas condições de indivíduos e grupos em um novo ambiente, quanto nas relações sociais.

Para Bosi (1992, p. 337), a colonização é um processo "ao mesmo tempo material e simbólico: [sendo que] as práticas econômicas dos seus agentes estão vinculadas aos seus meios de sobrevivência, à sua memória, aos seus modos de representação de si e dos outros, enfim de seus desejos e esperanças". Trata-se do entrecruzamento em três planos: "[...] a) O da conquista da terra e exploração de trabalho [...]; b) o da memória dos colonizadores e dos colonizados; c) o dos projetos, em geral leigos, que visam à construção de um futuro moderno [...]." (Bosi, 1992, p. 389).

As condições adversas encontradas no novo ambiente

A adaptação a algo ou a algum lugar demanda tempo, interação e espaço, componentes interconectados e necessários, pelo qual passam indivíduos, grupos familiares, as sociedades e, até mesmo, as espécies. Qualquer processo de ajustamento a um determinado ambiente recebe pressões sobre os novos ocupantes desse espaço; a fim acomodar-se, a sociedade transforma, modifica e modela o ambiente (Morán, 1990).

O deslocamento dos camponeses de Porto Alegre, RS, para a área do projeto ocorreu em menos de vinte e quatro horas. Assim, saíram de um clima frio (menos de 10°C) e, no dia seguinte, desembarcaram na agrovila com 35°C – uma mudança socioambiental e orgânica brusca, que influenciou sobremaneira a adaptação e a fixação das famílias.

A primeira etapa do projeto foi composta por seis agrovilas, sendo que quatro foram habitadas na estação seca anual na Amazônia norte mato-grossense, e outras duas quando já havia iniciado a estação chuvosa. A segunda etapa ocorreu nos dois anos seguintes em razão de desacordo entre o Governo Federal e a COOPERCANA. Com recursos próprios, a Cooperativa cumpriu parcialmente o projeto, com dez agrovilas construídas e ocupadas pelos assentados (Schwantes, 1989).

A água – para consumo doméstico, na forma de chuvas ou corpos hídricos – foi citada por todos como um dos maiores desafios à adaptação porque, desde o momento da chegada, estranharam suas características. Nos primeiros meses, houve surtos de diarreia e outras complicações sanitárias, principalmente em crianças e idosos. Além disso, as casas ficavam muito próximas, afetando hábitos higiênicos diários e cuidados básicos, facilitando a propagação e a circulação de agentes patológicos. Posteriormente aos surtos de diarreia, a cooperativa providenciou filtros cerâmicos purificadores e orientou a perfuração manual de poços (cacimbas) para obtenção de água potável.

Os relatos mostram que os camponeses reinventaram os usos dos recursos hídricos como solução para as necessidades cotidianas. Havia facilidade para encontrar água, tanto nas escavações dos

poços como nos córregos nas agrovilas, os quais, por alguns meses, serviram de local para lavagem de roupas: “Nóis fazia aquela lavela de tábua, mais aí começou a encher de gente, nóis ia em duas lavar a roupa, as piazadas iam tomar banho” (Dona Inorema). Dona Lourdes lembra que “[...] lavar roupa era cansativo, mas também era um momento de desabafo. Tinha brigas, fofocas, choro e cantoria também. Uma contava prá outra como estava se sentindo”.

No tocante à questão da saúde foram registradas ocorrências de sarampo, gripes, leishmaniose e malária, lotando o pequeno espaço de assistência médica. Os casos graves foram encaminhados para as cidades de Alta Floresta, Colíder e Sinop. A fim de prevenir a propagação das enfermidades endêmicas, a Cooperativa limitava-se a orientar para não permanecerem perto dos córregos, principalmente ao entardecer. Entendiam que ali estavam os focos dos mosquitos transmissores das doenças. Outra medida sanitária, a partir do segundo ano, foi a dedetização voltada ao controle da malária. Os agentes da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM) pulverizavam as habitações com Dicloro-Difenil-Tricloroetano (DDT) para combater os mosquitos *Anopheles.*

De modo geral, precisaram inventar formas de viver e cada família criou soluções para as suas necessidades. As maiores dificuldades de adaptação estavam relacionadas à falta de estrutura para abrigar as famílias, que, em sua maioria, tinham prole numerosa (acima de três filhos) e tiveram de se instalar em uma habitação com apenas quatro diminutos cômodos. A organização em agrovilas era desconhecida, sentiam-se isolados de lugares povoados e a roça ficava distante.

Os relatos revelaram que o clima amazônico modificou radicalmente o cotidiano. A sazonalidade de um período seco e de outro chuvoso teve grande impacto na forma de organização do trabalho e no que tange às reservas e ao armazenamento dos suprimentos alimentares. Dona Maria explica que nos dois primeiros anos foi difícil: “[...] todo mundo sentia muito as mudanças no clima, mas as crianças tinham mais problemas respiratórios e gripes”. Relata, inclusive, que as questões climáticas eram invocadas nas celebrações religiosas e círculos de orações. [...] a gente sempre rezava pedindo chuva”, demonstrando o desconhecimento em relação à estação seca e à estação chuvosa.

Havia outras preocupações, sobretudo em relação às casas, pois foram assentadas sobre o solo, sem fundação, sobre cepos de madeiras serradas e superficialmente enterradas (**Figura 5**). Pelos conhecimentos acumulados no Sul do país, não ofereciam segurança contra os ventos e chuvas fortes. Anos depois, perceberam que a floresta bloqueava os ventos mais fortes.

Decorrido o tempo, foi possível iniciar nos lotes das agrovilas os primeiros cultivos de plantas medicinais, árvores de sombreamento, hortas caseiras e pequenas roças de milho, arroz e feijão. Praticamente todas as famílias trouxeram sementes diversas, bem como mudas de frutíferas. Entretanto, em razão dos fatores climáticos e do solo, a maioria das plantas não se desenvolveram

a contento; outras, atacadas por insetos e ainda houve situações de não produzirem frutos ou flores, embora subsistissem. Dona Gerci relatou que os canteiros não vingaram: “Prá trás de casa, o trator havia enleirado o mato, afofei a terra e semeei, e nasceu bem, mas dias depois murchava tudo”.

Figura 5 – Moradias (à esquerda) – (17 de julho de 1978) e plantação de arroz (à direita) – (1980) Agrovila Planalto



Fonte: (Secretaria de Educação de Nova Guarita-MT, 2018)

No período da intensa estação chuvosa, conforme relatam, a pluviosidade era praticamente ininterrupta. Com isso, surgiram problemas com as estradas, tais como atoleiros e pontes (sempre de madeira serrada ou mesmo de troncos de árvores) que eram levadas pelas águas. Em relação à produção das pequenas roças nas chácaras da agrovila, as colheitas foram prejudicadas.

Devido às precipitações intensas, aumentavam os riscos de erosão das estradas de acesso aos lotes, houve surgimento de minas de água e formação de lamaçais nos locais sem cobertura vegetal, como os quintais das casas. Ocorrências dessa natureza dificultavam o dia a dia dos afazeres domésticos, como o cuidado com as crianças e a secagem das roupas. Foram necessários anos para compreender o regime das chuvas no tocante à produção socioeconômica, bem como à vida familiar cotidiana.

As chuvas intensas, por muitas vezes, isolaram o assentamento pelas rodovias BR-163 e J-1, bem como das estradas de acesso aos lotes rurais. Mesmo que a cooperativa dispusesse de assistência, muitas vezes houve necessidade de apoio da Força Aérea Brasileira a partir da Base da Serra do Cachimbo em relação ao transporte de alimentos e a retirada de pacientes com saúde agravada.

Houve um conjunto de condições adversas que frustraram as expectativas, quais sejam: a mudança imediata de ambiente/clima; a falta de estrutura das habitações; o isolamento e a dificuldade de locomoção; o ambiente de densa floresta; a organização social por agrovilas; alimentação industrializada; precária assistência em saúde; difíceis condições de trabalho e modelo de produção antagônico à realidade camponesa.

Floresta, queimadas e agricultura: o simbólico e o real na sustentação da vida

Os migrantes tinham parcas experiências anteriores com as florestas no Alto Uruguai, RS, tendo em vista as pequenas derrubadas em terras arrendadas e nas reservas indígenas, que se limitavam a

um ou dois hectares em matas secundárias. Mas, no novo espaço, a partir das difusões das campanhas governamentais, consolidou-se a ideia de que o lugar era selvagem, primitivo, devendo ser conquistado pelo progresso, pois a floresta impedia as práticas civilizadoras. Nos discursos oficiais cabia aos camponeses derrubar as árvores e transformar a área em agricultável. Somente os "trabalhadores corajosos" enfrentariam essa "missão", como pioneiros e desbravadores.

Quadro 3 – O (des)conhecimento da floresta

Os camponeses e a floresta	
Seu G. Z.	A gente não queria saber de mato e não via a hora de derrubar, fazer a roça e limpar um pouco!
M. E. P.	A gente chegar e não ver mais nada, só mato, dava medo, era de chorar [...].

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

A floresta amazônica, no início, não teve relevância, pois atrapalhava a imaginária agricultura (**Quadro 3**), símbolo do possível progresso e modernidade, como era o intenso discurso oficial do Estado para a Amazônia. Mesmo sendo o espaço da biodiversidade de flora e fauna, que muito contribuíra para a subsistência alimentar, não figurava como significativa. Mais tarde, espécies de madeiras passaram a ter valor econômico em razão da instalação de serrarias.

Quanto às refeições, as famílias não estavam acostumadas com a alimentação industrializada fornecida pela cooperativa (leite em pó, carne bovina seca e enlatados) e, mais ainda, a qualidade desses produtos era duvidosa. Com a diversidade de aves, animais terrestres e peixes de fácil acesso, imediatamente, ocorreram as primeiras caçadas e pescarias (**Figura 6**) que se tornaram assuntos diários nas rodas de conversa nas agrovilas, e se tornaram práticas predatórias.

> Era por volta das nove horas e fui pra trás de casa pegar lenha prá fazer o almoço e dei de cara com um veado. Fiz um gritedo chamando as vizinhas e o bichinho ficou assustado e se enfiou no meio de uma galhada derrubada pelo trator. Juntamos umas cinco mulheres e um monte de crianças e caçamos ele. Pensa na alegria de todo mundo. Quando o Santo (esposo) chegou a carne já tava em cima da mesa (risos) (Dona L. S.).

Figura 6 – Elementos da fauna utilizados como alimentação (1978)



Fonte: (Secretaria de Educação de Nova Guarita, MT, 2018).

A partir do segundo ano, em 1980, os camponeses estabeleceram novas formas de relações com a floresta, pressionados pelas agências reguladoras e fomentadoras (Cooperativa, Banco do Brasil e INCRA), que objetivavam a agricultura comercial para impedir o abandono do projeto.

No planejamento havia a prescrição da retirada total da floresta na área dos lotes, permanecendo apenas as reservas técnicas de cada agrovila. A reserva legal ambiental equivalente a 50% do Projeto foi estabelecida em outra área próxima denominada de Quatro Reservas (espaço que viria a ser ocupado ilegalmente via invasão por posseiros, madeireiros, fazendeiros e garimpeiros). Da forma como tinha sido estruturado, os camponeses estavam legalmente autorizados para a derrubada integral em seus lotes agrícolas, situação que se tornou problemática, pois atingiu as áreas úmidas, nascentes e matas ciliares, desflorestadas quase na sua totalidade.

No período inicial de abertura dos lotes rurais, os camponeses passaram a assistir a grandes tratores de esteira, que arrastavam uma pesada corrente de aço e derrubavam as primeiras áreas da mata. As máquinas seguiam paralelamente à rodovia sem a preocupação com as nascentes e leitos de córregos. A previsão era derrubar dez hectares para cada lote, mas não chegou a ser realizada para todos. A orientação era cultivar em torno de quatro a cinco hectares para o plantio de milho, arroz e feijão, sendo que os demais seriam para o cultivo de café, guaraná e seringueiras.

Formaram-se também outras frentes de derrubada: em pequenos grupos, os camponeses fizeram uso das motosserras fornecidas pela cooperativa que tinham longo sabre para alcançar o diâmetro das árvores. Poucos conheciam seu manuseio, visto que, até então, nas derrubadas que fizeram, usaram machado ou 'trançador' (instrumento alongado de serra operado por duas pessoas). Ainda, a vegetação densa da floresta, dificultava o deslocamento e o trabalho de corte, sendo necessário roçar com foices para, em seguida, utilizar machados e máquinas de serra.

Após completarem a área derrubada sob a coordenação da cooperativa, os assentados tiveram que aguardar alguns dias para fazer a queimada. A cooperativa definiu a data e que as seis agrovilas deveriam queimar suas roças no mesmo dia e no mesmo horário (final do mês de agosto). Avisou para que todos ficassem na testada do seu lote, aguardando o sobrevoo do avião que seguia a rota das rodovias J-1 e BR-163. Eram aproximadamente dez mil hectares desmatados.

Assim, a floresta ficou queimando por vários dias, e a fumaça tomou conta da região, visto que mal se enxergava o sol. Era uma situação completamente desconhecida e dramática. Em razão da intensidade do fogo, houve mortandade de animais silvestres e da fauna aquática pelo aquecimento das águas nos córregos. Essa situação causou medo, além disso, um perigo à vida dos trabalhadores que desconheciam o poder destrutivo dos incêndios na Amazônia. Foi a primeira grande queimada no local; dando início aos incêndios que passaram a se repetir até meados da década de 1990.

> [...] A fumaça começou a tapar tudo. As labaredas atingiam 30 metros de altura, porque chegavam a queimar a copa das castanheiras que não haviam sido derrubadas. Desisti de fazer tomadas aéreas daquele inferno. Filmei a fogueira com os pés no chão. Era aterrorizadora a violência do fogo na selva. [...] foi uma destruição absurda. [...] Não queríamos destruir a floresta amazônica para, em lugar dela plantar milho, feijão e arroz. Pelo nosso projeto, essas culturas seriam poucas e apenas para a subsistência. As lavouras principais deveriam ser nobres e perenes, tais como seringueira, cacau, guaraná, café, urucum, etc. (Schwantes, 1989, p. 182).

Entretanto, essas culturas eram desconhecidas pelos camponeses, que perceberam um longo tempo pela frente até tais culturas produzirem para ajudar na renda familiar.

Sendo assim, fazer as primeiras roças e plantios significou um passo importante ao "cumprimento da missão": fixar e modificar o lugar, transformando a paisagem antes dominada pela floresta. Entretanto, surgiram outras dificuldades: o deslocamento da agrovila aos lotes; a necessidade de permanecer em acampamento durante a semana; o isolamento do lar; o regime de chuvas; o ataque de insetos nas plantações; intoxicação com inseticidas; assistência técnica insuficiente; as dificuldades das colheitas e a perda da produção em razão das chuvas; preços baixos, etc.

Entre a reprodução, adaptação, improvisos e novas respostas, foram sendo criadas rotinas que buscavam preservar e reproduzir a vida em um meio ambiente que se alternava entre hostil e abundante de recursos naturais. Mas, a vida comunitária das agrovilas não respondia às necessidades do trabalho nos lotes rurais que se situavam distantes. A saída foi abandonar as agrovilas e construir moradias nos lotes para a permanência na propriedade. Desse modo, foi possível construir estruturas para atender o modo de vida: "galpão, chiqueiro, galinheiro, horta, pomares...", além de criar animais domésticos como porcos, galinhas e vacas leiteiras.

O deslocamento dos moradores das agrovilas para os lotes objetivou também atender as necessidades do trabalho familiar na produção agrícola. No entanto, gerou problemas como a participação comunitária e dificultou o acesso das crianças à escola. Consequentemente, a maioria abandonou os estudos.

No entanto, na fase inicial nos lotes rurais, os interlocutores destacaram o trabalho em pequenos mutirões, o que permitiu também a socialização das experiências produtivas no novo espaço.

Mas as técnicas oferecidas pela cooperativa ligadas à agricultura comercial eram insuficientes diante do desconhecimento do bioma e características do solo e clima. Como exemplo, destaca-se o uso de inseticidas à preparação das sementes, no plantio e no desenvolvimento das lavouras para controle dos "insetos e outros animais predadores" (**Quadro 4**). Dois inseticidas altamente tóxicos, Aldrin 40 (organoclorado em pó) e Folidol (organofosforado - líquido), foram os mais recomendados e disponibilizados pelos técnicos da cooperativa.

Para o plantio do arroz, feijão e milho, geralmente os agrotóxicos eram misturados nas sementes antes de plantar, pulverizados logo depois da germinação e crescimento das plantas e na florada. Já para o café, guaraná e seringueira, eram misturados na terra como parte da preparação para preencher os saquinhos plásticos em que eram feitas as mudas nos viveiros. “Os técnicos agrícolas da cooperativa ensinavam a gente se cuidar, mas ninguém seguia. Nóis misturava o pó dos venenos na terra e com as mãos mesmo colocava nos saquinhos pra fazer as mudas de café” (Dona Geci).

Devido ao desconhecimento e descuido no manuseio, foram muitas as ocorrências de intoxicações, bem como mortes de bandos de aves silvestres e outros animais, que se alimentavam das sementes plantadas e das plantas em crescimento.

Quadro 4 – As experiências com as primeiras lavouras

Manejo e controle químico dos cultivos com agrotóxicos	
Seu Carlos	Ainda na vila, a gente já viu que tinha muito bichinho na terra. Plantamos alface e assim que nascia no outro dia murchava. No sítio foi a mesma coisa, só que tinha outras pragas. Pedimos ajuda da cooperativa. Sabiam menos que nós. Aí trouxeram venenos para as sementes.
Seu Paulo	A cooperativa forneceu os venenos e mostrou como usar: um era em pó, o Aldrin 40 e o outro era líquido que nóis conhecia por Folidol. Era pra misturar na semente e plantar.
Dona Maria	Nóis mesmo não queria mexer com veneno, mas não tinha outro jeito. (...) nosso vizinho foi passar o Aldrin no arroz que tava cacheando e fez mal, quase morreu. Depois nunca mais pode sentir o cheiro que já dava dor de cabeça.

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

Se por um lado o modelo de produção agrícola planejado para Terranova previa culturas perenes, na prática, entretanto, manteve-se em maioria uma agricultura de cultivos temporários baseada em queimadas e inserindo algumas práticas da agricultura comercial. Nos relatos dos entrevistados as primeiras safras foram excelentes. A queima da floresta proporcionou boas colheitas, pois a biomassa acumulada produziu quantidades consideráveis de cinzas que, por riqueza de potássio, adubam o solo.

Porém, no terceiro ano usando a mesma área, a produção caiu drasticamente. Os camponeses obrigaram-se a aumentar a área de desmate. Assim, seguiram derrubando, ano a ano, um trecho da floresta, faziam uma ou duas safras e abandonavam, reduzindo a biocapacidade do solo.

Nessa lógica, o entendimento era de que tais áreas abandonadas seriam rapidamente restabelecidas pela brotação nativa, formando o chamado capoeirão. Alguns anos depois, seria novamente derrubada para a lavoura e com a terra mais mansa, ou seja, livres dos troncos e tocos da outrora mata virgem. Dessa forma, acabaram desenvolvendo uma agricultura seminômade, em que se usava por dois anos e abandonava para pousio. Sendo assim, ocorreu que, anualmente, essas áreas eram queimadas pelo uso do fogo e, aos poucos, deu-se o empobrecimento do solo, bem como a baixa produtividade das lavouras, contribuindo ao insucesso agrícola. Introduziram então

pastagens para o gado bovino, em atividade similar a dos latifúndios pecuaristas na Amazônia. (Schwantes, 1989).

Também em meados da década de 1980, os preços dos produtos agrícolas caíram significativamente, afetando as perspectivas de melhoria. Com isso, muitos foram obrigados a vender os lotes para quitar dívidas bancárias. Nessa mesma década, houve a rápida deterioração da floresta e de toda paisagem natural, que foi acelerada pela forma da ocupação e produção agrícola de corte, bem como a queimada para o cultivo de milho, feijão, mandioca e pastagens. (Schwantes, 1989).

Os interlocutores enfatizaram que essa etapa da produção econômica foi a parte mais difícil no processo de adaptação, sobretudo pela falta de estruturas, de organização da produção e de conhecimentos técnicos para produzir. Por conseguinte, levaram anos para entender as condições climáticas e ambientais no novo território.

Em síntese, no processo de adaptação, não adaptação e fixação, os camponeses enfrentaram fatores recorrentes de pressão, que influenciaram nas decisões de estabelecerem moradia em seus lotes. Destaca-se a trajetória histórica, os laços afetivos e culturais com o local de origem; o contexto variável do bioma e ambiente físico de Terranova situado na Amazônia; a organização social; imposições das forças externas dos mercados regionais e nacionais, quanto à produção e comercialização dos produtos; as políticas públicas e suas contradições internas; as dificuldades de relações com outros lugares e a imposição do modelo de produção econômica.

Argumentos finais

Compreender o processo de fixação, adaptação e até desistência dos camponeses ao projeto Terranova é situação complexa, envolvendo questões locais, nacionais e globais. Esse grupo social, tal qual muitos, é fruto de uma dinâmica histórica contraditória, pois o Estado brasileiro permanecia influenciado pela oligarquia político-econômica, a qual definiu a terra como uma mercadoria (Lei de Terras, 1850). No século XX, a situação do campesinato se agrava, uma vez que o país se submeteu à influência política internacional do capital na divisão regional e internacional do trabalho. Há mais de um século, portanto, a luta por terra é uma saga frente ao Estado e ao capital latifundiário radicalmente imbricados no Brasil, que na atualidade toma forma como política do agronegócio.

Contudo, ao analisar o processo de migração e assentamento, é preciso também ter claro que foi um período de resistência, sendo a natureza (terra, floresta, água, clima e biodiversidade) primordial para a reconstrução socioterritorial camponesa. Ações muitas vezes predatórias imputaram uma segunda natureza, doravante, uma Natureza Social. Nesse processo, os sujeitos valeram-se dos saberes socioambientais e culturais trazidos na “bagagem”, os quais foram

reproduzidos, contextualizados e até recriados na prática da produção do espaço social nas relações com o bioma Amazônia. O certo é que o desmatamento-civilizador foi a tônica.

Entretanto, faz-se necessário relembrar o cenário nacional a que esses camponeses estavam submetidos. Como exposto anteriormente, o país vivia sob o imperativo desenvolvimentista. Assim, o discurso oficial propagava a ideia de rápido desenvolvimento e progresso, promovendo crescimento econômico e social. O Estado e as instituições agiram estrategicamente, mobilizando capitais, políticas públicas, programas e ações para ocupar áreas intactas, muitas vezes ocupadas por povos originários, às quais os camponeses foram levados, avançando sobre a floresta, em nome do ideário do progresso.

Por meio das representações do Estado, tanto mediante os meios de comunicação como no imaginário popular, o crescimento econômico se consolidou como caminho para a erradicação falaciosa da miséria. Abrir novas fronteiras onde havia terras consideradas disponíveis era melhor alternativa do que promover uma reforma agrária nas terras sulistas já ocupadas. Assim, foram preservados os latifúndios e ganhou expansão a colonização na Amazônia em detrimento dos povos originários.

Diante de tais circunstâncias, basicamente, os camponeses foram convencidos a migrar para Terranova, porque não havia, naquele momento, perspectivas e garantias de um lugar para morar, produzir e criar seus filhos. A imposição da colonização como sinônimo de reforma agrária forçou a optar pela sobrevivência embora houve resistência dos movimentos sociais. A COOPERCANA e Governo Federal lançaram campanhas, prometendo uma vida melhor em terras amazônicas.

Embora bastante propagandeada pelo Estado, a ideia de enriquecimento rápido na Amazônia não foi o principal motivo para a migração. Os anseios eram a busca por melhores oportunidades de vida e terra para trabalhar para si e criar os filhos, sonhos que contrastavam com a realidade de precariedade, miséria e desesperança onde viviam e com o que encontraram e tiveram que superar.

As famílias já haviam incorporado parte das práticas da agricultura convencional limitadas pela falta de estruturas e capital. Dedicavam-se ao cultivo de produtos comerciais com soja, trigo, milho, feijão e fumo no sul do Brasil. O campo já tinha se consolidado como um espaço de produção, comércio e valor financeiro, onde se nutriam e disseminavam as ideologias do milagre econômico, da segurança nacional e do enriquecimento com trabalho e exploração dos recursos naturais disponíveis.

Pesava sobre os camponeses o controle técnico, político e ideológico-cultural do Estado, que enfrentaram as pressões, tensões e inseguranças para se adaptarem e fixarem moradia em Terranova. As narrativas expõem sofrimento físico e psíquico na construção da vida no novo espaço.

Se a manutenção das práticas laborais era de vital importância para permanecer no assentamento, pela necessidade de pagar a própria terra, o custeio e assistência da cooperativa e do banco, nem sempre a produção se realizava. Diante das adversidades, muitos camponeses retornaram ao Rio Grande do Sul, outros tomaram destinos diversos a atividades de garimpo do ouro, trabalho em madeireiras, indo à periferia de cidades ou mesmo a novas áreas de abertura na Amazônia.

Os 12 casais entrevistados ainda permanecem em seus lotes. São sujeitos participantes do processo histórico-ambiental, cujo modelo imposto de desenvolvimento mostrou-se insustentável nas décadas posteriores, pois não contribuiu para a fixação no assentamento, causou a devastação e fragmentação das florestas, a exaustão dos solos, a poluição do ar pelas queimadas e degradação do solo e dos recursos hídricos, conduzindo a uma crise socioambiental atualmente vivida nesse território. A Natureza ainda não foi compreendida por muitos que ali chegaram, era preciso ser "domada e submetida". As perdas foram altas em todas as dimensões.

O processo de adaptação foi marcado pela instabilidade, pelo alto índice de evasão e grande mobilidade intrarregional da população e novos migrantes que chegavam em busca de novas terras. Contudo, do ponto de vista geopolítico, da lógica do Estado e do mercado, os camponeses cumpriram o objetivo de ocupação, contribuindo para a implementação do modelo de desenvolvimento e formação de núcleos sociais locais.

A relação dialética e histórica entre humanos/natureza resultou em novas paisagens camponesas, atualmente em dificuldades de reprodução sociocultural e sucessão familiar devido ao êxodo rural ocasionado pela busca de trabalho dos filhos junto às cidades da região, à perda de espaço frente ao avanço latifundiário da pecuária e produção de grãos (soja e milho) em larga escala que intensificam a degradação ambiental e o esvaziamento do campo. Muitos camponeses ficaram pelo caminho ou desistiram, alguns permanecem como agricultores familiares vivendo financeiramente de modo estável de sua própria produção e contam com o acréscimo de renda de suas aposentadorias rurais. Novos personagens se incorporaram ao território: grandes produtores (pecuaristas, sojicultores), empresas rurais e corporações multinacionais de *commodities* agrícolas, situação que suscita novos estudos.

Referências

A INTEGRAÇÃO da Amazônia (1974). ARQUIVO NACIONAL. Ministério da Justiça. Documentário. [s. d.] 1 vídeo (7'07''min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fa5mLxtJ4xc. Acesso em: 15 ago. 2023.

BARROZO, J. C. A colonização em mato grosso como "portão de escape" para a crise agrária no Rio Grande do Sul. CLIO - Revista de Pesquisa Histórica, n. 32. 2, 2014, p. 144-165. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24521/19813.

Acesso em: 20 jan. 2023.

BECKER, B. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas***,* n. 12, set. 2001, p. 135-159. Disponível em: https://docs.ufpr.br/~adilar/GEOPOL%C3%8DTICA2019/Geopolitica%20da%20Amazonia/Amaz%C3%B4nia_Pol%C3%ADtica%20de%20ocupa%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 05 fev. 2023.

BECKER, B; EGLER, C. A**. Brasil***:* uma nova potência regional na economia-mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BRASIL. **Lei n° 1.806, de 6 de janeiro de 1953**. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Brasília, DF, 1953.

BRASIL. **Lei n° 6.151, de 4 de dezembro de 1974***.* Dispõe sobre o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), para o período de 1975 a 1979. Brasília, DF, 4 de dezembro de 1974.

CASTRO, S. P. et al. **A colonização oficial em Mato Grosso***:* a nata e a borra da sociedade. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

DEAN, W. **A ferro e fogo***:* a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

FEARNSIDE, P. M. **Destruição e conservação da floresta amazônica***.* Manaus: Editora do INPA, 2021.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA. **Base Aérea de Campo Grande (BACG), a Força Aérea no coração do Brasil***.* Disponível em: <http://www.forcaaereablog.aer.mil.br>. Acesso em: 18 set. 2022.

GERHARDT, M. Uma história ambiental da modernização da agricultura: o norte do Rio Grande do Sul. **Revista História: Debates e Tendências***,* [S. l.], v. 16, n. 1, p. 166-180, 2016. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/6264. Acesso em: 30 jul. 2023.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Modernização dolorosa***:* estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HERÉDIA, V. A imigração européia no século passado: o Programa de Colonização no Rio Grande do Sul. **Scripta Nova***.* **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales.** Nº 94 (10). Ago. 2001. Disponível em: https://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm Acesso em: 10 jun. 2023.

IANNI, O. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia***.* Petrópolis: Vozes, 1979.

KAUFMANN, J-C. **A entrevista compreensiva***:* um guia para pesquisa de campo. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARTINS, J. de S. **Fronteira***:* a degradação do Outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral***:* como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2018.

MORÁN, E. F. **A ecologia humana das populações da Amazônia***.* Petrópolis: Vozes, 1990.

MÜLLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: Hucitec, 1989.

OLIVEIRA, A. U. de. **Amazônia***:* monopólio, expropriação e conflitos. Campinas, SP: Papirus, 1989.

OLIVEIRA, A. U. de. *A longa marcha do campesinato brasileiro*: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados***,* [S. l.], v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/H7WMxZswgv6zR6MZJx5DHCm/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 30 jun. 2023.

OLIVEIRA, A. U. de. **A fronteira amazônica mato-grossense:** grilagem, corrupção e violência. São Paulo: Landé, 2016.

SANTOS, J. V. T dos. **Matuchos***:* exclusão e luta – do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993.

SCHWANTES, N. **Uma cruz em Terranova**. São Paulo: Scritta Oficina Editorial, 1989.

SILVA, C. **A modernização distópica do território brasileiro**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

TAVARES, H. M. Políticas de desenvolvimento regional nos países do "centro" e no Brasil. *In:* **Cadernos IPPUR***,* ano XVI, n. 1, jan./jul. 2002. RJ: UFRJ/IPPUR, 2002. Disponível em: https://ippur.com.br/wp-content/uploads/2016/05/CI_Ano_XV_n2_ago-dez_2001_Ano_XVI_n1_jan-jul_2002-ilovepdf-compressed.pdf. Acesso em: 05 jul. 2023.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura***,* v. 8, n. 2, 2000. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174. Acesso em: 03 fev. 2023.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Revista Estudos Históricos**, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2324. Acesso em: 20 jan. 2023,

ZARTH, P. A. **História agrária do planalto gaúcho***:* 1850-1920. 1988. Dissertação (Mestrado em 1988. Disponível em: <https://www.historiografia. com.br/tese/1101> Acesso em: 14 ago. 2022.

SOBRE OS AUTORES

José Aldair Pinheiro. Doutor em Ciências Ambientais / História Ambiental (UNEMAT); É Mestre em Ciências Ambientais / Linha de pesquisa em Educação Ambiental (UNEMAT), Especialização em Educação a Distância (UFMT) e Didática do Ensino Superior (IVE), graduação em Filosofia (UCDB). Atualmente é professor titular da rede estadual de educação do Estado de Mato Grosso. Atuou como professor formador no CEFAPRO (Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica; Professor na UNIC - Universidade de Cuiabá - Campus de Sinop; Professor na UNEMAT - Universidade dos Estado de Mato Grosso; Tem experiência na área de Filosofia, História e Ciências Ambientais. https://orcid.org/0000-0002-0715-4243. Email: jpinheiral@gmail.com

Aumeri Carlos Bampi. Doutor em Filosofia e Ciências da Educação pela USC, Espanha. Possui pós-doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Faculdade de Ciências Humanas e Linguagem e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) e Geografia (PPGGEO) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). https://orcid.org/0000-0002-3410-9376 Email: aumeri@unemat.br

Almir Arantes. Possui graduação em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Londrina (1986), mestrado em Historia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993) e doutorado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2012). Atualmente é professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso - Campus Universitário de Sinop. Atua nas seguintes temáticas: metodologia de pesquisa, pesquisa educacional, desenvolvimento regional, políticas públicas. https://orcid.org/0000-0003-4793-2908. Email: almir.unemat@gmail.com